



Projeto de Lei nº 66/2025

PARECER JURÍDICO

1 - HISTÓRICO

Trata-se de parecer previsto no art. 184, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis sobre exame prévio de constitucionalidade do Projeto de Lei que **"Institui o Programa Municipal de Qualificação Profissional no âmbito do Município de Itaguaí e dá outras providências"**, proposto pela Excelentíssima Sra. Vereadora Patrícia Fernanda Kuchenbecker.

O presente projeto visa, em linhas gerais, instituir políticas de promoção à qualificação profissional e social dos munícipes de Itaguaí, com prevalência nas comunidades periféricas, assegurando direito e condição indispensável para garantia de emprego digno à esta parcela da população.

Neste sentido, sustenta que diante da atual fase de desenvolvimento do Município muitas empresas vêm buscando se instalar em solo Itaguaense, razão pela qual, o programa aproveitaria essa oportunidade para ofertar qualificação de mão de obra local para atender à demanda de empregos que tais empresas venham a disponibilizar no futuro.

Lido e analisado o referido projeto, passamos a opinar em caráter estritamente técnico, sendo competência plenária a discursão de mérito.

2- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Preliminarmente, trazemos aos autos processuais, o que narra o Regimento Interno quanto à Tramitação dos Projetos de Lei:

"Art. 184. Os projetos apresentados na Secretaria da Câmara Municipal serão protocolados em livro próprio, autuados e encaminhados à Procuradoria Jurídica para que sejam instruídos preliminarmente com informação de caráter técnico, jurídico e opinativo.

(...)

*§3º Para instruir os projetos sujeitos à sua apreciação, a Procuradoria Jurídica terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados da data de protocolo na Procuradoria."*

O projeto de lei proposto, sob a ótica jurídica estrita da Legislação vigente, violaria à regra constitucional da iniciativa do processo legislativo, o que representaria indevida afronta ao princípio da separação dos poderes, eis que, a matéria proposta está abrangida



pela competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, como dispõe o art. 30, I e II da Constituição Federal e, artigo 73, II e X da Constituição Estadual. Vejamos:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;"

"Art. 73 - É competência do Estado, em comum com a União e os Municípios::

(...)

II - cuidar da saúde, assistência pública e da proteção das pessoas portadoras de deficiência;

(...)

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;"

Inobstante o disposto nas Constituições Federal e Estadual, temos que o artigo 16, incisos I, II e VII, bem como o artigo 17, II, ambos da Lei Orgânica Municipal reafirmam ser do Poder Executivo a competência para legislar acerca de assuntos de interesse local, bem como organizar, administrar e executar os serviços municipais. Vejamos:

Art. 16. Compete ao Município:

I- legislar sobre assuntos de interesse local;

II- suplementar a Legislação Federal e Estadual, no que couber;

(...)

VII - legislar sobre organização, administração e execução dos serviços municipais;

"Art. 17 - É da competência comum do Município, da União e do Estado, na forma prevista em Lei Complementar Federal:

(...)

II- cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências e do idoso;"

Há de ser observado ainda, que o objeto do Projeto de Lei apresentado pela Exma. Vereadora é matéria que deve observar as normas instituídas pela Lei Federal n. 13.019/14.

Não obstante, devemos observar o entendimento firmado no Tema nº 917 de Repercussão Geral do STF (ARE nº 878.911 RG, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, DJe de 11/10/2016), "não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, c e e, da Constituição Federal) ."

Neste sentido, em alinhamento com o entendimento acima, vem julgando as cortes superiores:



"AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PEDIDO CAUTELAR. REPRESENTANTE QUE ADUZ INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI 1.335/2022 DO MUNICÍPIO DE ITATIAIA. A NORMA CRIOU O PROGRAMA "MULHER PRESENTE", QUE TEM COMO OBJETIVO AUXILIAR MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR. ALEGAÇÃO DE VÍCIO DE INICIATIVA, EM DECORRÊNCIA DE SUPOSTA CRIAÇÃO DE DESPESA E ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO. PEDIDO DO REPRESENTANTE DE CONCESSÃO DE MEDIDA CAUTELAR PARA SUSPENSÃO IMEDIATA DA EFICÁCIA DA REFERIDA LEI MUNICIPAL. MEDIDA QUE NÃO MERECE SER DEFERIDA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO, DE PLANO DA PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS PARA A CONCESSÃO DA CAUTELAR. PERIGO DE DANO OU DE INEFICÁCIA DE EVENTUAL PROVIMENTO JURISDICIONAL POSTERIOR NÃO EVIDENCIADOS. A LEI IMPUGNADA NÃO ATRIBUI QUALQUER DESPESA IMEDIATA AO PODER EXECUTIVO. AINDA QUE ASSIM NÃO FOSSE, HÁ DE SE OBSERVAR QUE O STF JÁ ESTABELECEU, EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL (TEMA 917 DO STF), QUE O IMPLEMENTO DE DESPESA, SEM INTERFERIR NA ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO, NÃO IMPORTA EM INCONSTITUCIONALIDADE DE NORMA POR VÍCIO DE INICIATIVA. A VIGÊNCIA DA NORMA AO IMPUGNADA, DE FATO, NÃO CAUSA ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA. A REGULAMENTAÇÃO E A FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO REFERIDO PROGRAMA "MULHER PRESENTE" FICAM A CARGO DO PRÓPRIO EXECUTIVO QUE PODERÁ, INCLUSIVE, PARA A SUA EXECUÇÃO, CELEBRAR CONVÊNIOS COM A INICIATIVA PRIVADA E COM ÓRGÃOS PÚBLICOS. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA QUE, NESTE MOMENTO, DEVE SER PRESTIGIADA, DIANTE DA AUSÊNCIA DE PERIGO DE DANO E DE FUMUS BONI IURIS. INDEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR. (TJ-RJ) - DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE: 0070893-11.2023.8.19.0000 202300700256, Relator.: Des(a). CINTIA SANTAREM CARDINALI, Data de julgamento: 04/12/2023, OE - SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E ORGAO ESPECIAL, Data de Publicação: 06/12/2023)."

"STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 1432079 MG Jurisprudência Decisão publicada em 06/06/2023 Inteiro teor: O Prefeito do Município de Barão de Cocais prestou informações fls. 16-19 e fls. 52-65, Doc. 2) defendendo a constitucionalidade da Lei Municipal que instituiu o Programa "Barão Mais Trabalho"... Consoante atestou o Tribunal de Justiça, a lei impugnada instituiu programa assistencial com o objetivo de conferir qualificação profissional, alfabetização e renda a cidadãos integrantes de parte da população... de conferir qualificação profissional, alfabetização e renda a cidadãos integrantes de parte da população desempregada residente no Município de Ilhabela..."

(...)

Da leitura acima, verifica-se que a norma em debate trata da instituição de programa social de combate à vulnerabilidade socioeconômica, não se tratando, portanto, da contratação de mão de obra pelo Município com cunho empregatício, mas de prestação de serviços eventuais, de caráter assistencial e pedagógico. Assim, inexistindo vínculo de subordinação entre as partes, não há falar em ofensa à regra geral do concurso público para provimento de cargos ou empregos públicos (art. 37, II,



da CF/1988), tampouco em ofensa à contratação temporária para atendimento de excepcional interesse público (art. 37, IX, da CF/1988).

(...)

O acórdão recorrido encontra-se em conformidade com o entendimento desta SUPREMA CORTE, razão pela qual merece ser mantido. Diante do exposto, com base no art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Não se aplica o art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que não houve fixação de honorários advocatícios nas instâncias de origem. Publique-se. Brasília, 30 de maio de 2023. (STF - RE: 1432079 MG, Relator.: ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 30/05/2023, Data de Publicação: PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 05/06/2023 PUBLIC 06/06/2023)"

A Exma. Vereadora, ao propor o presente Projeto de Lei nos moldes entabulados, sob o consolidado entendimento das cortes superiores, não infringe as competências privativas do poder executivo, portanto, **não viola o princípio da Separação dos Poderes.**

3 - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto acima, conclui-se que a matéria ora versada pelo Projeto Lei possui condições legais para prosseguir por inexistir vício de iniciativa, razão pela qual, opinamos pela constitucionalidade da propositura do Projeto de Lei.

Este é o parecer que submetemos à Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

Itaguaí, 13 de maio de 2025.

Tayná Pinto Carneira Silva
Tayná Pinto Carneira Silva

Subprocuradora de Projetos
OAB/RJ 240.292 - Matr. 35.298

Carlos André Franco M. Viana
Carlos André Franco M. Viana
Procurador-Geral da CMI
OAB/RJ 166.542 - Matr. 35.286